

NOTAS E INFORMAÇÕES

A biruta da desoneração



Receita prepara reoneração imediata da folha de pagamentos, prejudicando o planejamento de diversos setores

Hoje, desoneração da folha de pagamentos. Amanhã, reoneração da folha de pagamentos. O vaivém em torno de uma questão tributária tão complexa explicita o cenário de insegurança ju-

ridica para o empresariado. No Brasil, o que vale hoje não vale amanhã – tudo ao sabor dos ventos e, sobretudo nos tempos atuais, das canetadas de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão de Cristiano Zanin, ex-advogado do presidente Lula da Silva na Lava Jato, de suspender, em 25 de abril, trechos da lei que prorroga a desoneração até 2027 é um exemplo acabado da turbulência. Complica o fato de o ministro ter sido seguido por quatro colegas: Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Para a lambança jurídica, falta um voto. Após pedido de vista de Luiz Fux, o caso está suspenso por até 90 dias.

Se a ideia era dar uma chance para a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, buscar uma solução pactuada, consensual e negociada, ainda não deu certo. A Receita Federal dobrou a aposta e exige das empresas o recolhimento da alíquota cheia da contribuição previdenciária já a partir do dia 20 de maio referente ao mês de abril – assim, praticamente da noite para o dia.

A posição da Receita Federal prejudica o planejamento de 17 setores econômicos. O benefício fiscal substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A iniciativa já foi prorrogada sucessivas vezes. A reoneração imediata, sem que as empresas pudessem se preparar,

pode significar o caos.

Vale sempre lembrar que a decisão monocrática de Zanin, que ainda não foi referendada pelo STF, suspendeu uma iniciativa por duas vezes chancelada pelo Congresso. Deputados e senadores aprovaram a prorrogação, e esses mesmos deputados e senadores derrubaram o veto de Lula da Silva contra a desoneração.

Agora, o governo, inconformado com as seguidas derrotas, conta com o STF para empregar empresas que já haviam se planejado conforme o regime referendado pelo Congresso. Diante de tamanha instabilidade, parlamentares buscam medidas paliativas com o objetivo de adiar a reoneração.

Entre as propostas, segundo o senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor da prorrogação da desoneração, está a propositura de um projeto de lei para adiar por 90 dias a cobrança cheia. Há ainda quem alimente esperança de reverter a decisão do STF, como o deputado Domingos Sávio (PL-MG), presidente da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS).

Enquanto isso, empresários pressionam a Receita Federal a postergar a cobrança e não descartam a convocação de um ato com as centrais sindicais. Acossados, pedem que haja bom senso. Afinal, nada pior para o desenvolvimento do País, tão desejado por Lula e Haddad, do que a insegurança jurídica. ●

Contas públicas Mudança de meta

Para Stuhlberger, foi erro acreditar em 'seriedade fiscal' do governo

HÉLIO ROMERO/ESTADÃO 28/11/2018



Para Stuhlberger, além de desacelerar corte de juros BC deve endurecer o tom nos comunicados

Presidente da gestora Verde Asset critica mudança de metas nas contas primárias e prevê redução no ritmo de corte de juros

EDUARDO LAGUNA
BRUNA EMY CAMARGO

O presidente e diretor de investimentos da Verde Asset, o gestor Luis Stuhlberger, expressou ontem arrependimento por ter confiado que haveria al-

gum esforço do atual governo para equilibrar as contas públicas. “Eu me penitencio por ter acreditado que o PT teria alguma seriedade fiscal”, declarou Stuhlberger, que também é gestor do Fundo Verde, durante encontro com investidores.

Segundo ele, a “ficha caiu” quando, além de mudar as metas para os resultados das contas primárias dos próximos anos, o governo encaminhou o projeto orçamentário de 2025, descrito por ele como uma “peça de ficção” ao prever aumento das despesas no limite do

marco fiscal (2,5%), sob a premissa de que as receitas vão subir 3,5%.

PERSPECTIVA DE PIORA. Os comentários explicam por que Stuhlberger decidiu fazer alocações de carteira com base na perspectiva de piora das condições fiscais, após as perdas com títulos prefixados, no ano passado, atribuídas à situação das contas públicas.

De acordo com o gestor, dada a facilidade em mudar o arcabouço – o que, segundo ele, colocou em xeque a credibili-

dade da regra –, o risco fiscal voltou a assombrar, ainda que o Brasil venha de um processo de queda da inflação e exiba uma posição favorável nas contas externas.

O Banco Central (BC), prevê o presidente da Verde Asset, tende a ser ainda mais hawkish – o termo indica que a autoridade monetária deve ser mais agressiva (hawk significa falcão) no controle da inflação –, mantendo a taxa básica de juros (Selic) mais elevada.

Stuhlberger lembra que a autoridade monetária já está reativa em razão da deterioração no ambiente internacional, com o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) adiando o início do ciclo de cortes de juros, e também em função do mercado de trabalho aquecido, o que traz dúvidas sobre a desinflação de serviços.

Assim, na avaliação do gestor do Fundo Verde, o Banco Central deve não só reduzir o ritmo de cortes da Selic para 0,25 ponto porcentual como endurecer o tom nos comunicados. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) será anunciada hoje.

“A reação do Roberto Campos Neto (presidente do BC) a um orçamento que é uma ‘peça de ficção’ é ser mais hawkish. Vamos ver a mensagem no pós-25 (pontos-base, ou 0,25 ponto porcentual). Imagino que possa ser mais hawkish do que se imagina”, comentou.

Stuhlberger avaliou que os efeitos positivos de reformas realizadas pelos dois governos anteriores – de Michel Temer e Jair Bolsonaro –, que resultaram em “maior potencial de crescimento” do Brasil, estão sendo “estragados pelo PT”.

Com as novas despesas criadas pelo governo Lula – entre elas, o reforço do Bolsa Família, os pagamentos de precató-

rios e o reajuste do salário mínimo acima da inflação –, ele afirma que todo o espaço para gastos permitido pelo arcabouço já está tomado nos orçamentos dos dois próximos anos.

Por outro lado, o governo não tem mais muito espaço para aumentar impostos, de modo que Stuhlberger disse imaginar que, daqui para frente, poderão surgir manobras de contabilidade criativa para que despesas sejam pagas fora do orçamento.

INVESTIMENTOS. Diante desse cenário, ele disse que trocou Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-Bs) – títulos pú-

“Eu me penitencio por ter acreditado que o PT teria alguma seriedade fiscal”

“Não estou dizendo que vai para lá (nos 600 pontos de spread), mas é o que acontece quando o fiscal é tratado de forma irresponsável”

Luis Stuhlberger
Presidente e diretor de investimentos da Verde Asset

blicos emitidos pelo governo com rentabilidade indexada à inflação –, ou Tesouro IPCA+, com vencimento em 2035, por títulos do Tesouro dos Estados Unidos, de dez anos, apostando na diferença de taxas, o chamado spread, que chegou a ficar na faixa de 500 a 600 pontos-base no governo Dilma Rousseff.

“Não estou dizendo que vai para lá (aos 600 pontos de spread), mas é o que acontece quando o fiscal é tratado de forma irresponsável”, disse o CEO da Verde. ●